

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE EM
INCLUSÃO SOCIAL**

Dez

**A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS EDUCATIVOS NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM**

AUTORA: SUZANA MARTINS DA FONSECA

ORIENTADORA: PROFA.MA. MARINA SILVEIRA LOPES

suzanaaripuana@hotmail.com

ARIPUANÃ/2011

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA/IES
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE EM
INCLUSÃO SOCIAL**

**A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS EDUCATIVOS NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM**

AUTORA: SUZANA MARTINS DA FONSECA

ORIENTADORA: PROFA.MA. MARINA SILVEIRA LOPES

suzanaaripuana@hotmail.com

Este trabalho de conclusão de curso é um dos pré-requisitos para obtenção do título de especialista em Psicopedagogia com Ênfase em Inclusão Social.

ARIPUANÃ/2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mais este objetivo alcançado em minha vida,

À minha família pela compreensão e afeto,

Aos colegas pela garra e união.

EPÍGRAFE

“Cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, pois cada pessoa é única e nenhuma substitui outra. Cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, mas não vai só nem nos deixa sós. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo. Há os que levam muito, mas há os que não levam nada. Essa é a maior responsabilidade de nossa vida, e a prova de que duas almas não se encontram ao acaso. ”.

(Antoine de Saint-Exupéry)

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Formação de palavras com figuras e letras móveis do alfabeto;

Figura 2: Identificação de palavras em Caixa Alta e Maiúsculas;

Figura 3: Dominó de Figuras e palavras;

Figura 4: Fichas faltando uma letra nas palavras;

Figura 05: Dominó de frases e figuras;

Figura 6: Circuito de palavras.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPITULO I: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	11
1. 1 A Educação Brasileira do Século XXI.....	11
CAPÍTULO II: O JOGO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM	14
2.1. O jogo e Seus Múltiplos Significados	14
2.2. O jogo e Seus Aspectos Históricos.....	15
2.3. A Importância do Jogo para o Desenvolvimento da Aprendizagem	16
CAPITULO III: A ESCOLA: UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO E DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES	19
3. 1. A escola: um Espaço Socialmente Construído	19
3. 2. A família: Participação e Garantias de um Pertencimento Efetivo	21
3. 3. Professor Habilitado ou Professor Formado	23
CAPITULO IV: O ENSINO DA ESCRITA E DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS: UMA CONSTRUÇÃO DESAFIADORA	25
4. 1. A Linguagem Humana: Representação Simbólica do Pensamento.....	25
4. 2. Como ensinar a aprender ler e escrever.....	26
CAPITULO V: JOGAR É UMA FORMA PRAZEROSA DE APRENDER	30
5. 1. O jogo na prática cotidiana.....	30
5. 2. A utilização do método no cotidiano escolar.....	36
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	44
ANEXO	

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo facilitar o aprendizado da linguagem verbal e escrita com cinco alunos do 2º Ano, Turma "A" do Ensino Fundamental da Escola Municipal Maria Luiza do Nascimento Silva, no 2º Semestre/2011. O método utilizado no desenvolvimento do trabalho foi o da observação comportamental dos alunos em relação à aquisição do conhecimento por meio de jogos e brincadeiras. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, Para fundamentar a pesquisa serviram de embasamento teórico, autores como: ALMEIDA; BURANELLO; CAMPEDELLI; CORREA; CAGLIARI; OLIVEIRA; WITTIZORECKI entre outros que dão suporte ao levantamento de dados realizado no período acima citado. A coleta de dados permitiu observar a importância de se trabalhar o lúdico no cotidiano escolar. A coleta de dados permitiu observar alguns pontos importantes que podem melhorar o aprendizado da leitura e escrita dos alunos com através de jogos e brincadeiras, pois aprendem brincando. Considera-se a importância do lúdico principalmente nos primeiros anos, quando a criança ainda tem dificuldades de manter a concentração. Brincando, eles se sentem desafiados a buscar alternativas para cumprir as atividades sem e ao mesmo tempo sentem-se responsáveis pelo acerto dos colegas. Destaca-se que essa metodologia é um recurso importante para que o educador possa melhor auxiliar os alunos a satisfazer a curiosidade e desenvolverem suas aptidões da maneira a superar as dificuldades e, ao mesmo tempo, permite que todos, dentro do seu ritmo possam desenvolver a aprendizagem sem os traumas de realizar exercícios repetitivos, pois a criança sente-se motivada com novidades. E os jogos e brincadeiras permitem atingir objetivos através de diferentes estratégias, sem que se tornem cansativos para os alunos.

Palavras-chave: Aprendizagem, direito, escola, família; socialização

INTRODUÇÃO

O jogo causa discussão quanto à definição e ação pedagógica, estimulando pesquisadores a buscarem abranger as diversidades importantes do ato de jogar. A palavra *jogo* é de origem latina, significando gracejo.

No processo educativo as atividades lúdicas têm demonstrado serem fundamentais na formação de crianças, jovens e até mesmo adultos, sendo estas facilitadoras dos relacionamentos e vivências de sala de aula, promovendo e integrando a imaginação e transformação quanto ao objeto de estudo e aprendizagem.

Pesquisas científicas sobre o jogo só começaram no século XIX, a partir das pesquisas evolucionistas e desenvolvimentistas, que passaram a estudar o jogo infantil. O psicólogo norte-americano Stanleyhall defendia então a ideia de que o jogo resgata a história do pensamento humano. Posteriormente o jogo foi enfatizado como um modo de preservação dos costumes infantis. Na evolução das pesquisas sobre jogos e brincadeiras encontramos pensamentos e fatores de Piaget e Vygotsky que se assemelham.

Partindo de uma base epistemológica o jogo é indispensável no ato de aprender e ensinar de forma vivencial. Observados os diversos contextos o brincar, jogar, relacionar, viver, simular, imaginar, aprender entre outros, desde os primeiros anos de vida os jogos e brincadeiras são mediadores na relação com o mundo, possuindo aspectos fundamentais para a aprendizagem racional e emocional, motivador da aprendizagem formal e informal.

Assim, pensando nesse contexto, pretendeu-se com essa pesquisa mostrar os jogo e as brincadeiras como facilitadores no processo de aprendizagem da linguagem verbal e escrita nas crianças do Ensino Fundamental da Escola Municipal Maria Luiza Nascimento Silva na cidade de Aripuanã/MT. O trabalho de campo foi realizado com cinco alunos de ambos os sexos da turma "A", período matutino do 2º Ano.

Foram observados no desenvolvimento do projeto, aspectos relevantes, entre os quais, a interação aluno/aluno e aluno/objeto, a fim de averiguar se as atividades lúdicas com jogos e brincadeiras educativas proporcionam um melhor desempenho na aprendizagem da linguagem verbal e escrita.

Os desafios que a educação enfrenta são muitos, advindos das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Percebe-se que em pleno século XXI, em que a informação dos fatos ocorre em tempo real, veiculada pela mídia, a escola necessita adequar-se à realidade, a fim de buscar soluções para as dificuldades que se apresentam no desenvolvimento da aprendizagem da linguagem, seja ela verbal ou escrita.

Sendo assim, partimos do pressuposto da dificuldade de aprendizagem em linguagem, e assim, por meio de jogos educativos procurar estimular o aprendizado, melhorar a autoestima e autoconfiança do alunado por mecanismos diversificados e integradores. Com o objetivo de conhecer um pouco da prática diária na escola, vimos a importância de conversar com algumas das professoras alfabetizadoras. Para tanto, foi elaborado um questionário fechado, a fim de facilitar a tabulação de dados. Destaque-se que as entrevistadas são pedagogas e já contam com alguns anos de experiência de trabalho com alfabetização. Foram feitas as mesmas perguntas a todas e, por unanimidade, admitem utilizar o método de jogos e brincadeiras na prática cotidiana.

Para melhor compreensão do que trata esta monografia, optamos por dividi-la em cinco capítulos, a saber:

No Primeiro Capítulo, apresentamos um breve histórico da Educação Brasileira. O Segundo Capítulo trata do jogo como instrumento de aprendizagem. O Terceiro Capítulo, abordamos a temática relacionada à escola: um espaço democrático e de construção; já no Quarto Capítulo, propomos uma reflexão acerca do ensino da escrita e da leitura nos anos iniciais: uma construção desafiadora: O Quinto e último Capítulo, procuramos ver na prática como é trabalhar de forma lúdica, cujo título é *Jogar É Uma Forma Prazerosa De Aprender* e, na conclusão, apresentamos a reflexão do trabalho associando teoria e prática docente.

CAPITULO I

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Neste capítulo vamos discorrer sobre a evolução histórica da educação no Brasil.

1. 1. A Educação Brasileira do Século XXI

A educação brasileira tem sua gênese em março de 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas, vindos na companhia do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza. Os sacerdotes que para cá vieram foram chefiados pelo Padre Manoel de Nóbrega. Apenas quinze dias após a chegada, iniciou a primeira escola brasileira de ensino elementar, na cidade de Salvador, cujo primeiro Mestre, foi o Irmão Vicente Rodrigues, que contava com a idade de vinte e um anos. Os métodos de ensino seguiam os moldes europeus de ensino. Irmão Vicente foi o primeiro educador, continuando seu trabalho por mais de cinquenta anos na educação e na propagação da fé católica. (OYARZABEL, 1998, p. 36)

Um dos mais conhecidos educadores da época foi o então noviço José de Anchieta, nascido na Ilha de Tenerife e falecido na cidade de Reritiba, que hoje leva seu nome (Anchieta) no litoral do Espírito Santo em 1597. Tornou-se mestre-escola do Colégio Piratininga; Missionário em São Vicente, local onde escreveu na areia da praia os *Poemas à Virgem Maria*. Além dessas, exerceu outras funções importantes, tais como: Missionário no Rio de Janeiro e Espírito Santo, Provincial da Companhia de Jesus de 1579 a 1586 e, ainda Reitor do Colégio Espírito Santo. É de sua autoria *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. (BELLO, 1998).

A principal tarefa dos jesuítas em território brasileiro teria sido converter os índios, mas logo perceberam que para obterem êxito era preciso ensinar os índios a ler e escrever. Em pouco tempo, estendiam seu ofício de ensinar a outras localidades, além de Salvador. Em apenas vinte e um anos após a chegada desses pregadores, havia escolas elementares em várias localidades (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga), além de três colégios no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Permaneceram à frente da educação brasileira

durante duzentos e dez anos, quando foram expulsos da Colônia Portuguesa – situação do Brasil na época, por decisão do então Primeiro-Ministro Português, Senhor Sebastião José de Carvalho, mais conhecido como Marquês de Pombal. Com essa decisão, a educação brasileira sofreu drasticamente. Há até autores que afirmam que a história da Educação Brasileira sofreu uma verdadeira ruptura. (BELLO, 1998)

Ao saírem do Brasil, os jesuítas levaram consigo toda a estrutura que haviam edificado aqui, como por exemplo, a organização monolítica baseada no *Ratio Studiorum*, a qual havia sido escrita pelo fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola. O motivo da expulsão dos missionários das terras brasileiras foi a divergência de objetivos entre estes e o chefe de Estado Português. Este pretendia resolver os problemas econômicos de Portugal, aqueles primavam pela pregação da fé. (BELLO, 1998).

Ao expulsar os jesuítas, Pombal percebeu que a educação em terras brasileiras precisava ter continuidade. Por isso, através do alvará de 28 de junho de 1759, criou as aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Criou também a Diretoria de Estudos, mas esta só entrou em funcionamento após o afastamento de Pombal. As aulas régias eram autônomas e isoladas, com professor único, não havendo articulação entre elas. (BELLO, 1998).

Como resultado da decisão de Pombal, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico desestruturado e nada foi organizado para dar continuidade ao trabalho de educação em território brasileiro. Esta situação sofreu uma significativa mudança com a chegada da família real ao Brasil em 1808. (BELLO, 1998).

Ao chegar em terras brasileiras, D. João VI toma algumas medidas importantes na área da Educação. Fundou uma escola de educação, cuja preocupação era o ensino de Línguas: Portuguesa e Francesa, Retórica, Aritmética, Desenho e Pintura. Possivelmente, essa iniciativa teve como objetivo a formação da elite portuguesa que aqui acabara de se instalar. Além dessa escola, foi criada a Academia Militar no Rio de Janeiro e na Bahia, o Curso de Ciência Econômica na Bahia, nesta, o regente foi José da Silva Lisboa, mais tarde denominado de Visconde de Cairu. (BELLO, 1998).

Em 1820 a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios mudaram para Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e depois para Academia de Artes.

Em 1822, a 7 de setembro, D. Pedro I declarou a Independência do Brasil tornando-se seu primeiro Imperador e, inspirando-se na Constituição Francesa, de cunho liberal, em 1824 outorgou a primeira Constituição Brasileira, cujo Art. 179 dizia que a "[...] instrução primária e gratuita para todos os cidadãos".

Em 1823, na tentativa de se suprir a falta de professores instituiu-se o Método Lancaster, ou do ensino mútuo, onde um aluno treinado (decurião) ensina um grupo de dez alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor. Através de um decreto, em 1826 foram instituídos quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias e, em 1827, um projeto de lei, propunha a criação de pedagogias em todas as cidades e vilas, além de prever o exame na seleção de professores, para nomeação. Outra proposta daquele mesmo ano foi a criação de escolas para formação de meninas. Mas, em 1834, o Ato Adicional à Constituição impunha que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Graças a isso, em 1835, surgiu a primeira escola normal do país em Niterói, Rio de Janeiro. (pt.scribd.com/doc/47097462/Educacao-no-Brasil,2012).

Tendo em vista as dimensões territoriais do país associadas às dificuldades da época, os resultados não foram tão bons assim. Se houve intenção de bons resultados não foi o que aconteceu, pois a educação brasileira se perdeu mais uma vez, obtendo resultados desastrosos. Em 1880 o Ministro Paulino de Souza lamenta o abandono da educação no Brasil, em seu relatório à Câmara. Em 1882 Ruy Barbosa sugere a liberdade do ensino, o ensino laico e a obrigatoriedade de instrução, obedecendo às normas emanadas pela Maçonaria Internacional. (MARQUES, 2006).

Em 1837, onde funcionava o Seminário de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. Infelizmente, este não conseguiu se organizar até o fim do Império, a fim de que se pudessem atingir os objetivos propostos.

Até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. O próprio Imperador, D. Pedro II, quando perguntado que profissão escolheria não fosse Imperador, respondeu que gostaria de ser *mestre-escola*. Apesar de sua afeição pessoal pela tarefa educativa, praticamente nada foi feito, durante sua gestão, para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional sólido. MARQUES, (2006)

Segundo BELLO (*apud* CASTRO, 2005),

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.” (BELLO *apud* CASTRO, 2005 p.5).

Observando as palavras do autor, pode-se entender que esse legado depende da formação intelectual dos cidadãos. Assim sendo, há uma justificativa, embora não aceitável, de que um dos grandes entraves para o desenvolvimento brasileiro pode ter suas raízes na falta de políticas públicas e de comprometimento com a escolarização do povo.

No período compreendido como Segunda República, talvez o fato marcante tenha sido a ocorrência de mudanças significativas na sociedade brasileira, até então rural, para uma urbana. Assim sendo, é possível observar que a escolarização tornou-se uma necessidade maior, pois iniciava-se nesse período, a tímida industrialização do país, mudando com isso as relações de trabalho. As indústrias necessitavam de mão-de-obra, mas com algum conhecimento. Pode ter ocorrido aí, a necessidade de se pensar nos rumos que a educação deveria tomar. (MARQUES, 2006)

Observa-se também, segundo MARQUES, (2006), que a partir de então, surgiram muitas discussões, mais especificamente, depois da Ditadura Militar de 1964, uma vez que as questões educacionais perderam o sentido pedagógico e assumiram um caráter essencialmente político. Por conseguinte, contribuiu a participação mais ativa de pensadores até mesmo de outras áreas do conhecimento, que passaram a falar de educação num sentido mais amplo, além das questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática e à dinâmica escolar em si mesma, crescendo a necessidade de estar medindo a qualidade do ensino no país.

O autor acima destaca ainda que logo depois, foi estabelecida uma série de programas e projetos que foram e são executados, e revistos até hoje, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S), criados em dezembro de 1996, através do Ministério da Educação e, (2005), com a intenção de nortear e garantir a

formação básica comum, além de unificar os Currículos Escolares, para que nenhum indivíduo tenha uma educação deficitária.

Como afirma ANTUNES (*apud* CASTRO, 2005, p. 5), “os PCN’S representam uma proposta que se propõe a orientar de forma coerente, as diversas políticas educacionais existentes no país, contribuindo para melhoria de nossa educação, representando um referencial e não uma política impositiva”.

Para PIAGET (*apud* CASTRO, 2005),

[...] muito mais que medidas, decretos, pesquisas estatísticas, e testes na tentativa de melhorar e provar a qualidade do ensino seria uma análise mais simples como um diálogo com os próprios educandos, sobre suas expectativas com relação à escola, dificuldades, medos, juízos de valores que devotam aos professores, à escola, enfim, a educação, para se constatar quão pouco tem sido alcançado em termos de aprendizagem e desenvolvimento humano.” (PIAGET *apud* CASTRO, 2005,p.5).

Percebe-se que este é um processo cultural, cujas mudanças demoram e por certo são difíceis, pela própria condição histórica de submissão como ocorreu com o povoamento brasileiro.

Segundo CASTRO (2005), grande parte da nossa juventude não atinge o ensino médio. Isso nós dá uma população incapaz de organizar as próprias ideias, fruto de uma formação passiva e repetidora. Assim, autora, coloca que pode-se compreender que ainda não há na educação brasileira um tratamento que contemple a pesquisa, a investigação. Parece que nossos educandos vão à escola como que robotizados, apenas para cumprir determinações do poder hegemônico.

ALVES *apud* CASTRO (2005,p.6) “[...] a educação que se tem, atualmente, é aquela que forma antas, pessoas que não questionam por medo até de forças coercitivas. De suas trilhas sabem tudo, os mínimos detalhes, especialistas. Mas o resto da floresta permanece desconhecido.”

Se observarmos que no período republicano da nossa história passamos por várias e longas ditaduras, é possível compreendermos essa passividade. Ainda se educa o cidadão brasileiro para cumprir ordens, sem questionar. Isso pode ser constatado nas escolas, pois o aluno questionador, na sua maioria, é visto e, muitas vezes rotulado como aluno problema. Talvez seja essa a questão crucial que levou EINSTEIN *apud* CASTRO (2005, p. 5) a afirmar que “A educação é o que sobra depois que se esquece tudo o que se aprendeu na escola. O que estamos e como estamos formando?”

São observações que merecem ser levadas a sério e refletidas com maior rigor, pois se a escola não está atendendo as reais necessidades dos cidadãos, temos que nos perguntar: O que estamos fazendo? Qual é o nosso comprometimento com a causa e com a profissão que abraçamos?

Talvez esta questão seja merecedora de um maior estudo, pois desenvolver teorias parece uma coisa, conseguir colocá-las em prática é outra, principalmente numa sociedade cujos atores são, na sua grande maioria, conservadores. Por outro lado, percebe-se que a questão, como citamos anteriormente está relacionada à cultura praticada no país, em que parece ter-se instalado certo conformismo com a condição de vida. Numa sociedade consumista e individualista como a nossa, as pessoas divagam esperando a sorte grande de acertar na loteria, como se isso resolvesse a situação das massas.

CASTRO (2005) nos apresenta uma visão um tanto pessimista da juventude brasileira, ao afirmar que

As escolas estão vivendo um verdadeiro caos, porque muito foi investido na parte tecnológica, científica e pouco se atentou para a sensibilidade humana. A sociedade do passado idealizou para este século uma geração de jovens mais empreendedores, dinâmicos, participativos na arte de pensar. Porém não é o que se vive; o que se pode observar são jovens que não têm garra, planos para o futuro, até mesmo vontade de viver. Sabem muito bem lidar com a internet, fatos lógicos, problemas matemáticos, mais não com seus fracassos, falhas e conflitos existenciais. São preparados para acertar sempre e errar nunca. É uma geração muito prodigiosa e, ao mesmo tempo, doentia emocionalmente, o que atesta, mais uma vez, a medida do que se vive hoje, no país, em termos educacionais.” (CASTRO, 2005, p. 6).

Os meios de comunicação de massas trazem estatísticas desastrosas relacionadas à juventude. Nunca o homem teve tanta facilidade de se comunicar como na atualidade. E, o que vemos nos noticiários diários, são práticas de delitos, atos infracionais, cujos autores, geralmente são jovens. Onde está a origem desse fracasso na educação? Gardner, citado por CASTRO (2005) com sua teoria das múltiplas inteligências teria uma explicação para o mau uso, para não dizer falta de uso dessas inteligências. CASTRO (2005) apresenta uma reflexão interessante. Segundo ele, seria correto afirmarmos que nossos jovens são preparados para acertar sempre? Se esta afirmativa for de fato verdadeira, está surtindo um efeito reverso. O que é possível observar é que em algum lugar, por algum motivo o jovem parece ter perdido suas referências. Mas não há como remediar o que foi perdido. O

fato é que por algum motivo, o ser humano, com tantas capacidades e formas de se relacionar, neste início de milênio, é um solitário numa multidão.

A Internet é uma prova de que as distâncias podem desaparecer. Mas para acessá-las, precisamos de uma ferramenta: o computador. Este, por sua vez, é apenas uma máquina inteligente. Concordamos com o pensamento de CASTRO (2005, p. 6) que “Os computadores podem informar os alunos, mas apenas os professores são capazes de formá-los”, porque podem trabalhar a criatividade, a superação de medos, conflitos, enfim, podem estimulá-los ao pleno exercício dos direitos humanos.

Mais adiante, CASTRO (2005) lembra Widesoft, que, segundo ela,

vê na Educação a Distância um bom exemplo da preocupação que se tem, hoje, em modernizar o ensino, vestindo-o com uma nova roupagem mais dinâmica e interativa. Porém, em meio às novidades, precisa-se sempre atentar para o papel que o professor deve assumir. A internet serviria de instrumento, mas o professor continuaria sendo a figura mais importante no processo ensino-aprendizagem, como facilitador / mediador. (CASTRO, 2005, p. 6).

Mais uma vez, percebe-se que o papel do professor é fundamental e que este precisa gostar do que faz, precisa sentir prazer, para proporcionar prazer aos alunos. Nisso está também a valorização profissional e, além disso, em nenhuma outra profissão ocorre o que acontece com a educação, pois aqui todos se julgam no direito de apontar falhas, de criticar o profissional, enfim, dar palpites numa linguagem bem coloquial. Observa-se que há necessidade de mudanças de postura para que, ao abraçar a causa da educação, o cidadão tenha consciência do seu verdadeiro papel social. Dessa forma, a escola terá uma roupagem nova e todos os que a frequentam o farão com prazer.

CAPITULO II

O JOGO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Em língua portuguesa, os vocábulos jogo, brincadeira, brinquedo e brincar possuem vários sentidos, dependendo o contexto em que são empregados. Segundo HAETINGER (2008), entre eles, os jogos lícitos e os ilícitos. Um dos usos possível é o de adultos jogando baralho, a um grupo de crianças jogando (dominó, damas ou xadrez), ou ainda tentando montar um quebra-cabeça. Assim sendo, é preciso observar a semelhança destes contextos, bem como o que os distingue.

2.1. O jogo e Seus Múltiplos Significados

Para WITTIZORECKI (2008), o termo jogo pode ter três concepções, como segue

1. o jogo constituiria uma situação caracterizada pelo fato de que sujeitos Jogam, ou seja, estão vivenciando uma situação lúdica e nessa relação, experimentam sensações e desafios satisfação e descompromisso com seus resultados, focando-se no processo, na experimentação que vivem;2. o jogo também representa uma estrutura, ou seja, algo dotado de um sistema de regras, papéis e materiais próprios. Neste caso, por exemplo, jogamos um jogo, como o “Xadrez”, o “jogo da velha” e “amarelinha” ou o esconde-esconde;3. o jogo poderia estar relacionado à noção de brinquedo, ou seja, entendido como recurso ligado à infância e que remete a um certo desdém ou descaso pelo mundo adulto, dada a sua indeterminação quanto ao uso ou regramento que o regulamente. (WITTIZORECKI (2008, p.24-25).

Visto assim e, de acordo com o primeiro sentido, o jogo apresenta uma função importante, pois pode ser associado à socialização da criança. Aqui o jogo está ligado ao sentido de brincar.

No sentido seguinte, é possível compreender o jogo como uma dinâmica predefinida e difundida num contexto em que a apropriação de certo jogo ensina a compreender códigos, papéis desempenhados, assim como estratégia e as possibilidades existentes naquele jogo.

É fundamental compreender nesse processo as múltiplas conotações que o termo adquire. É possível observar ainda as várias transformações que o jogo vai

adquirindo, bem como os significados a ele atribuídos pelo homem ao longo da sua história.

2. 2. O jogo e Seus Aspectos Históricos

Gilles Brougères, citado por WITTIZORECKI (2008) afirma que na Roma Antiga, podemos ver que o jogo assumia um aspecto religioso, de caráter contemplativo, pois se valorizava a exibição do que a participação, por serem jogos de competição, pois os atores eram sempre escravos. Era uma forma adotada pelos locais onde os espetáculos (as arenas), ocorriam, de oferecer relaxamento, alegria e diversão, não só ao público, como também aos deuses.

O autor afirma ainda que na Grécia Antiga, os jogos eram eventos apresentados em forma de luta, ginástica, concursos. Ocorriam ainda representações teatrais. A Grécia é considerada o berço dos Jogos Olímpicos. Havia também outros jogos que eram realizados em honra de divindades, além de outros, como corridas de cavalos.

Percebe-se a diferença dos jogos romanos em relação aos gregos. Para estes o jogo era concurso, enquanto que para aqueles, um espetáculo. Outra sociedade que merece destaque ocupou o território hoje conhecido como América Central: astecas e maias. O jogo era denominado de *Tlachtli*. Nesse jogo era utilizada uma pesada bola de borracha que devia ser passada por anéis de pedra, num campo com formato em T duplo e, disputado uma importante função por equipes. De acordo com o autor

Havia muitas variantes locais quanto ao número de participantes, às dimensões do espaço de jogo e aos objetivos. Em algumas situações, eram comuns os ritos de sacrifícios, já que para o povo asteca, o jogo assumia uma importante função social: era possível conhecer por meio dele, a vontade dos deuses, recriar situações de competição da vida e conectar-se com o ritmo cósmico do universo. (WITTIZORECKI, 2008 p. 28).

Percebe-se que, para a sociedade asteca, o ato de jogar era algo que transcendia a materialidade em si, representando a harmonia do homem com o universo. Ou ainda pode ser visto como a superação da condição de fragilidade humana.

Na Idade Média, os jogos e diversões também ocuparam um lugar significativo para algumas sociedades europeias, principalmente as rurais. Naquele

contexto histórico, em que o trabalho não tinha o mesmo sentido da atualidade, essas sociedades dedicavam boa parte do tempo interagindo em jogos e diversões. Já, naquela época, as sociedades celebravam eventos e festejos tradicionais e, nessas ocasiões, os jogos ocupavam um lugar especial, pois segundo WITTIZORECKI (2008),

É interessante notar que as crianças participavam dessas atividades e dos espaços públicos em condições de igualdade com outros membros da sociedade, assumindo papéis que lhe eram reservados pela tradição. Embora essas atividades não estivessem em oposição ao tempo de trabalho e ocupação de subsistência, não eram considerados frívolos. Ou fúteis, pois estavam conectados com viver comunitário de todos os sujeitos, dos mais novos aos mais velhos. (WITTIZORECKI, 2008, p. 28).

Pelo que se pode observar, durante o Período Medieval, a infância eram considerada como se as crianças fossem adultas em miniatura. Não havia um lugar específico para elas serem crianças.

No século XVIII, contudo, houve grandes transformações nas sociedades europeias, pois a ascensão da burguesia e o advento da Revolução Industrial provocaram mudanças consideráveis em todos os setores da vida humana. A noção de tempo e de espaço assumiu outra dimensão. O capitalismo se instalou substituindo o feudalismo e, com isso, na vida social, o tempo e espaço para o jogo, as atividades e manifestações vivenciadas pelo modo de vida camponês foi deixado de lado, tornando-se atividades irrelevantes. Isso aconteceu, pois para o novo modelo sócio-político e econômico o que importava era produzir. E para tanto, o trabalho assumiu as mesmas conotações das que hoje se observa. WITTIZORECKI (2008),

2.3. A Importância do Jogo para o Desenvolvimento da Aprendizagem

A importância do jogo no desenvolvimento da aprendizagem pode ser atribuída pelo fato deste auxiliar o educando a problematizar e formular hipóteses, pesquisando qual a melhor saída para a situação que se apresenta diante dele. Além disso, HAETINGER (2008) nos mostra que

O jogo é muito importante porque promove a aprendizagem seja ela informal ou formal.

Quando propomos um jogo, além dos objetivos cognitivos a serem alcançados, esperamos que nossas crianças sejam capazes de:

- Respeitar limites – desenvolver hábitos e atitudes, respeitar o outro, melhorar o desenvolvimento social, trabalhar a competição como parte e não como essência do jogo (saber perder e ganhar);
- Socializar – aprender a viver e conviver em sociedade, criando vínculos verdadeiros com os colegas, ampliando o sentimento de grupo, gerando um ambiente de colaboração e cooperação, promovendo relações de confiança entre todos os aprendentes;
- Criar e explorar a criatividade – o jogo proporciona o desenvolvimento do pensamento criativo e do pensamento divergente, gerados pela criatividade, e desse modo nossos alunos podem inovar e descobrir formas para se relacionarem com a aprendizagem;
- Interagir – criar uma real interação envolvendo o sujeito e o objeto de aprendizagem de forma alegre e lúdica, gerando vetores em todos os sentidos; Aprender a pesquisar (aprender a aprender) – desenvolver nos aprendentes o gosto pela busca, pela iniciativa e pela tomada de decisões. (HAETINGER, 2008, p. 7).

Assim sendo, percebe-se a importância de adotar essa metodologia de ensino, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tornando o aprendizado um momento prazeroso. Para tanto, é importante que o (a) professor (a) ganhe tempo em planejar bem suas aulas, selecionando os jogos mais adequados que possam motivar o desenvolvimento das habilidades dos alunos.

HAETINGER (2008) destaca que

Conhecer os jogos, suas estruturas e as diferenças que existem entre eles pode ajudar nossa ação pedagógica e o planejamento de nossas aulas. (...) na escola, as atividades lúdica e recreativas devem estar ordenadas de forma a desenvolver todas as habilidades e competências de nossos alunos. E isso acontece quando temos uma visão organizada e planejada dessas práticas. (HAETINGER, 2008, p. 27).

Pelo discurso do autor, podemos distinguir entre o fazer da ação pedagógica uma brincadeira, de fazer de uma brincadeira uma ação pedagógica. O professor deve estar atento e selecionar atividades adequadas, tendo bem claros os objetivos que deseja obter ao aplicar cada atividade. Do contrário, ele próprio se frustrará e frustrará o aluno.

Em Mato Grosso (2001) ao delinear os procedimentos da Escola Ciclada, observa-se que “A criança ao jogar, não só incorpora regras socialmente estabelecidas, mas também cria possibilidades de significados e desenvolve conceitos é o que justifica a adoção do jogo como aliado importante nas práticas pedagógicas.” (MATO GROSSO, 2001, p.157).

Percebe-se as preocupações em oferecer à criança atividades prazerosas, para que, através dos desafios próprios do ato de jogar, despertem nela o gosto por novos desafios. Principalmente em se tratando do desenvolvimento do raciocínio logico-matemático em que, segundo o texto acima aponta que,

O jogo pode ser considerado um dos elementos fundamentais para que os processos de ensino e de aprendizagem da matemática possam superar os indesejáveis métodos da decoreba, do conteúdo pronto, acabado e repetitivo, que tornam a educação escolar tão maçante, sem vida e sem alegria, O jogo pode ser um elemento importante pelo qual a criança aprende, sendo sujeito ativo desta aprendizagem que tem na ludicidade o prazer de aprender.” (MATO GROSSO, 2001 p. 157).

O jogo, nesse sentido, pode levar a criança a trilhar os caminhos mais seguros para seu aprendizado, pois ao jogar, ela precisa programar o próximo passo a ser dado e isso demanda planejamento. É possível observarmos então porque muitos adultos não entendem esse método de aprendizado, pois não planejam suas ações e não compreendem porque as crianças pode ter esse recurso para desenvolver o aprendizado.

CAPITULO III

A ESCOLA: UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO E DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES

A escola enquanto espaço físico é um lugar que congrega diferentes atores com papéis bem distintos. Ali as relações sociais devem ser norteadas por uma proposta bem definida e, profissionais capacitados, para poderem agir e interagir com os alunos de maneira formar um ambiente propício ao aprendizado.

3. 1. A escola: um Espaço Socialmente Construído

Segundo FELDMANN (2009)

A escola é uma instituição social que tem por finalidade garantir a educação de uma sociedade, assegurando que os direitos e saberes por ela proferidos se perpetuem através das gerações. Nesse sentido, está diretamente comprometida com as questões culturais, econômicas e políticas de uma sociedade e, como lugar de encontros de pessoas de uma determinada cultura, acaba por ser um representante legítimo das relações de poder que são veiculadas no entorno social.” (FELDMANN, 2009 p. 190).

Enquanto instituição a escola recebe uma diversidade de sujeitos, vindos de diferentes contextos, com concepções de mundo também diferentes. Será que os profissionais que nela atuam estão devidamente capacitados e encontram respaldo dos gestores e mantenedores para desenvolver um trabalho que contemple a todos igualmente? A Secretaria de Educação Especial do MEC *apud* Aranha(2004) publicou um documento que afirma que

Nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir, a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica. A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.” (ARANHA, 2004, p.7).

A legislação vigente reconhece e garante a inclusão, porém na prática, é possível observar que muitas famílias ainda desconhecem a importância de fazer com que seus filhos frequentem regularmente o ambiente escolar.

Mais adiante, no mesmo documento, pode ser observado que deve haver um comprometimento por parte da escola no que se refere a assegurar a todos os cidadãos o acesso e permanência na escola.

Assim, para ARANHA (2004) aponta que é preciso

Garantir a matrícula a todas as crianças e jovens é essencial para o acesso à educação, mas não é suficiente, por si só, para garantir o acesso ao conhecimento. Todo aluno matriculado deve estar frequentando a escola regularmente, para que possa efetivamente participar do processo educacional. Assim, é importante que a escola desenvolva estratégias para favorecer com que todos frequentem as aulas regularmente. (ARANHA, 2004, p. 15).

Nota-se que a responsabilidade de oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento da aprendizagem é um assunto que requer muita responsabilidade de todos os setores sociais, a fim de que a educação se efetive verdadeiramente. Garantir a permanência do aluno na escola pode significar também condições de trabalho e material apropriado para que os professores possam colocar em prática as metodologias e estratégias necessárias ao bom desempenho do seu trabalho.

3. 2. A família: Participação e Garantias de um Pertencimento Efetivo

Já vimos que a escola é um espaço cultural e social que congrega uma diversidade de valores, também socialmente construídos. É o segundo ambiente de interação frequentado pelas crianças das mais diversas classes sociais. O segundo, pois o primeiro é a família. Não cabe aqui mencionar os diversos modelos de família hoje existentes. O que se quer observar é a questão da interação da criança nos diferentes espaços sociais.

O aluno, ao ser inserido no ambiente escolar, mantém seu vínculo familiar e é mais do que importante que se sinta seguro tanto em casa, quanto na escola. Para tanto, é fundamental que o vínculo escola/família seja o mais estreito possível, como pode ser observado em ARANHA (2004,p.18) “A participação da família na vida escolar de seus filhos promove a relação de pertencer ao grupo social,

desenvolvendo o senso de responsabilidade com o processo educacional, bem como o senso de responsabilidade com a integridade do equipamento público.”

É comum nos depararmos com pais que pouco ou nunca comparecem à escola. E quando comparecem, é porque são chamados pelos professores ou direção, para tomar conhecimento de fatos, geralmente desagradáveis envolvendo seus filhos, seja por comportamento, brigas com colegas, enfim, muitos sequer conhecem a diretora nem a professora do seu filho. Isso dificulta o desenvolvimento do aprendizado da criança, criando nela insegurança que pode comprometer o aprendizado.

Vejamos o que FELDMANN (2009) diz a respeito

A imagem da criança está diretamente ligada à construção do seu mundo social. A afetividade e a emoção estão presentes na socialização primária. Nesse sentido, a linguagem é o mais importante instrumento social. [...] No caso da socialização secundária, ela é promovida em outras instituições sociais, como a escola, por exemplo. Nesse espaço, o conhecimento e a divisão do trabalho começam a aparecer com maior insistência na vida do sujeito. Assim, o reconhecimento social estará ligado à apropriação, pelo sujeito, do conhecimento adquirido, determinando de certa forma os seus papéis específicos na sociedade.” (FELDMANN, 2009, p.194).

É possível compreender o que leva alguns alunos a resistirem a ideia de se socializarem ou ainda demonstrarem certa dificuldade de acatar normas e limites quando se encontram no espaço escolar. Alguns casos, talvez pela ausência de normas e regras em casa, faz com que a criança tenha dificuldades de se relacionarem com os colegas e com os professores. Isso pode acontecer, pois conforme FELDMANN (2009, pag. 195) “A socialização secundária não é afetiva: é racional e, em muitos momentos, entra em choque com a socialização primária, momentos esses em que normalmente a escola e os professores recorrem à família.”

Não é possível generalizar situações como as descritas acima, mas são casos que merecem uma atenção especial por parte da escola e, esta deve poder contar com o apoio da família, para que juntas possam auxiliar esses alunos a superarem as dificuldades.

Alguns alunos, que apresentam dificuldades na aprendizagem, podem também ser vítimas de maus tratos fora da escola e, por sofrerem ameaças por parte dos seus agressores, têm medo de demonstrar ou de falar sobre o assunto. Por

isso, é importante que se redobre a atenção ao tratar desses casos, do contrário, pode-se reforçar negativamente e dificultar ainda mais o aprendizado.

3. 3. Professor Habilitado ou Professor Formado

Ser professor é uma tarefa simples, mas ser educador é uma função árdua. Isso acontece porque queiramos ou não, ninguém consegue absolutamente nada trabalhando sozinho. O professor precisa ser respaldado em todos os aspectos ao longo do seu trabalho.

Segundo ARANHA (2004),

Todo professor necessita de suporte técnico-científico, como interlocutor em um processo de reflexão crítica sobre a prática cotidiana de ensino. O acesso a esse suporte precisa ser garantido pela escola, evitando assim, que dependa da iniciativa particular e pessoal do professor. O suporte para o professor do ensino regular que recebe alunos com necessidades educacionais especiais, em sua sala de aula, deve ser ministrado pela Coordenação Pedagógica (ou equipe técnica, quando contar com uma), a qual deve ter conhecimento dos conteúdos curriculares, dos métodos de ensino, dos recursos didático-pedagógicos e estimular a criatividade do professor. A Coordenação Pedagógica deve ser ativa e participante no cotidiano da sala de aula, da escola e das relações com a comunidade.” (ARANHA, 2004, p. 22- 23).

É possível compreender que esse talvez seja um dos pontos mais importantes e que deve merecer atenção da coordenação pedagógica da escola. Esta deve instrumentalizar o professor que acompanha alunos com dificuldades de aprendizagem. É comum nos depararmos com professores aflitos por não conseguirem atingir seus objetivos com determinados alunos e, constantemente, nas reclamações são observadas dificuldades no que se refere à falta de apoio da coordenação, seja em auxiliar a encontrar metodologias diferenciadas, seja pela falta de material didático adequado.

Isso é perceptível em escolas públicas de bairros carentes, em que os alunos, talvez pelas próprias condições econômicas, chegam à escola sem as mínimas ferramentas necessárias: lápis, borracha e caderno. E, muitas vezes, a escola não dispõe de recursos para auxiliar esses alunos.

Ao professor, nesse contexto, cabe também a difícil tarefa de “malabarista”, pois além dos baixos salários, sente-se responsável por esses menores, doando o material necessário, para que possam tentar acompanhar as aulas.

FELDMANN (2009) aponta outra questão bastante comum relacionada à formação de professores. Segundo ela,

A formação docente tem sido comumente organizada de forma burocrática e estática e em muitos momentos imobiliza e não capacita o profissional. Assim, as ações ficam muito mais no plano ideológico do que na realidade escolar, que continua atrelada a modelos inibidores de mudanças. (FELDMANN, 2009, p. 193).

Nas palavras da autora, é possível observar que a capacitação profissional dos docentes tem sido feita de maneira a mostrar-lhes uma gama de possibilidades no exercício da função, como se o que eles encontram na prática fosse um padrão único e não uma diversidade de culturas. Não são preparados para um mercado de trabalho tão complexo e isso pode ser um dos fatores a influenciar na carreira de modo a frustrar seu projeto de vida. Afinal, uma pessoa com pouca experiência, sem o respaldo necessário dos gestores e em grande medida da família, terá menos oportunidades de desenvolver um bom trabalho.

Temos a oportunidade de ver grandes educadores que ao longo da história se destacaram pelos seus feitos. Mas precisamos observar que, como em todas as outras profissões, o educador também tem seus limites e alguns não conseguem transpor as barreiras que surgem no seu cotidiano.

Isso pode ser observado em ARANHA (2004), que afirma que

É importante que o procedimento de acesso ao sistema de suporte disponível seja regulamentado na escola, para evitar que o professor tenha que buscar ajuda apenas por iniciativa pessoal. A busca por iniciativa pessoal sobrecarrega o professor e deixa sem suporte o professor que não tem essa iniciativa. No primeiro caso, se fortalece a cultura de que a busca de soluções para problemas no ensino não é responsabilidade da gestão da escola, enquanto que no segundo, penaliza o processo de aprendizagem e o alcance dos objetivos reais da educação. (ARANHA, 2004, p. 23).

O que podemos perceber em nossas escolas públicas é que, grande parte dos professores se sente desmotivados e pouco preparados para enfrentar a demanda de problemas, advindos de um modelo de sociedade consumista, robotizado e, de certa forma, mergulhada num caos sem precedentes. Os sentimentos, o respeito ao outro, a sensibilidade foram seriamente afetados pela necessidade de competir para sobreviver, o que de certa forma gera sofrimento nas pessoas sem que estas se deem conta do que se passa no seu entorno.

Nesse contexto, BADER SAWAIA, *apud* KRONBAUER e SIMIONATO (2008), aponta que,

Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome. Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais. (KRONBAUER ; SIMIONATO, 2008, p.50).

Percebe-se que o sistema social prega a democracia e a igualdade, mas parece organizar a desigualdade no seio da sociedade. Falar em organizar a desigualdade num momento histórico fortemente marcado pela tecnologia e robótica, pode significar também cerceamento de oportunidades. E uma das estratégias, poder ser vista na competitividade. Assim sendo, a tão sonhada igualdade de fato e de direito se desintegra. Daí a geração da desigualdade.

Entre os professores isso fica bem nítido, pois muitos são os que enfrentam os desafios da sala de aula com todos os problemas ali existentes, mas nem sempre tem seus méritos reconhecidos. Outros, por sua vez parecem ainda não ter despertado para o problema não buscam auxílio, nem consideram a possibilidade de enfrentar os desafios da não aprendizagem e, por isso mesmo preferem a inercia.

CAPITULO IV

4. O ENSINO DA ESCRITA E DA LEITURA NOS ANOS INICIAIS: UMA CONSTRUÇÃO DESAFIADORA

A linguagem é para os homens a grande possibilidade de criar e recriar o mundo que o cerca. Através dela é possível transmitir a outrem nossas ideias, sensações, enfim, é possível externar tudo o que é produzido no imaginário humano.

4. 1. A Linguagem Humana: Representação Simbólica do Pensamento

CORREA (2009) afirma que

Sempre houve uma confusão por parte dos falantes, no que se refere à diferença entre língua e fala. Embora pareça que todos tratem da mesma ação, cada uma tem uma especificidade. Antes de conceituarmos esses termos, vamos precisar saber o que é comunicação, uma vez que todas essas palavras são instrumentos para o processo comunicativo. (CORREA, 2009, p.17).

É possível observar nas palavras da autora que para as pessoas comuns, é difícil distinguir as ações que envolvem o processo comunicativo. É preciso recorrer à linguística para compreendermos melhor em que medida as três ações se cruzam a fim de permitir que aconteça a comunicação.

E por falarmos em comunicação, podemos nos valer de diferentes linguagens para desenvolvermos essa ação.

CAMPEDELLI (2007) traz um fragmento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCNs 1997),

[...] nas práticas sociais, o homem cria e recria a linguagem verbal, a fala. Na e com a linguagem, o homem reproduz e transforma espaços produtivos. A linguagem verbal é um sementeiro infinito de possibilidades de seleção e confrontos entre os agentes sociais e coletivos. A linguagem verbal é um dos meios que o homem possui para representar, organizar e transformar de forma específica o pensamento. (CAMPEDELLI, Manual do Professor, 2007, p.8).

Embora a linguagem verbal seja aprendida em qualquer espaço ou grupo social, na escola a criança se depara com uma realidade que parece chocá-la, pois ao chegar à instituição escolar, ela conhece e faz uso da linguagem verbal, mas ainda não sabe o que representar essa linguagem através da escrita.

É preciso que se tenha claro que não escrevemos da mesma forma como falamos. Na linguagem verbal, por ser uma ação em que há uma proximidade entre os interlocutores, pode-se contar com recursos como gestos, expressão facial, movimentos do corpo, entre outros, com os quais não há como fazê-lo na escrita. Nesta, diferente da fala, é preciso clareza e encadeamento das ideias, pois ao escrever, o fazemos para alguém que não está presente e, se o objetivo é estabelecer comunicação, isso tem que ser feito selecionando e organizando as palavras de maneira a permitir que o destinatário entenda o que se quer transmitir.

4. 2. Como ensinar a aprender ler e escrever

Uma das mais árduas tarefas do professor consiste em ensinar uma criança a ler e escrever. Ser alfabetizador requer do docente paciência, tolerância e muita criatividade. Mas para que possa ensinar, é preciso que tenha clareza sobre alguns conceitos, tais como: texto, contexto, compreensão, interpretação, escrita e leitura.

CORREA (2009) nos apresenta, de maneira bem sintetizada, um breve conceito de texto. Para a autora,

Muitos falantes entendem que texto é sempre uma ocorrência escrita com várias palavras.[...] A forma textual é a única maneira de alguém ter acesso aos pensamentos de outra pessoa. Se não houver a expressão verbal, não há acesso ao pensamento. (CORREA, 2010 p.11).

Conforme as palavras da autora, na concepção de senso comum, texto é apenas e, tão somente, um encadeamento de ideias escritas, desconsiderando a forma oral. Mas para que haja a palavra escrita, há a necessidade de compreendermos os mecanismos que levam à produção da fala.

Segundo MENDONÇA (2005, p.6) “Para aprender a falar, o ser humano precisa ter perfeitos órgãos sensoriais, motores e de articulação, além de um processo normal de evolução do sistema nervoso”. Pode-se compreender assim, que para a criança aprender a falar, é preciso que haja um controle envolvendo todo um aparato: um sistema articulado e sincronizado de órgãos sensoriais e motores, a fim de que possa fazer-se compreender. Isso requer um esforço físico e mental, além de estímulos do meio onde ela está inserida.

Por volta dos seis anos, a criança entra num espaço, ou grupo social: a escola. É nesse espaço que ela vai conviver com outras crianças e vai se

socializando. Ao interagir, aprende e ensina, enfim, os seus horizontes expandem-se.

Para OYARZABAL (2008)

A escola tem tomado para si a responsabilidade pelo ensino da leitura e da escrita. Isso tem ocasionado freqüentes distorções e levado a inúmeros casos de fracasso escolar, tanto que uma parcela significativa de alunos deixa de concluir o ensino fundamental devido a experiências negativas no início dessa etapa de ensino. A escola ofusca o brilho nos olhos que as crianças apresentam, quando ingressam no ensino fundamental, esperando que ali sejam oficialmente desenvolvidos dois grandes mistérios de sua vida: ler e escrever. (OYARZABAL, 2008, p. 150).

Pode-se observar que a instituição escolar que deveria ser um espaço propício ao desenvolvimento das habilidades da criança, pode tornar-se um instrumento de exclusão. Para que isso não aconteça, é necessário que sejam desenvolvidas ações muito bem planejadas. Isso demanda preparo e envolvimento de todos os segmentos: pais, gestores e professores, além de tempo para planejamento e certo “carisma” daqueles que estarão mediando o conhecimento – os professores. Agindo assim, é provável vislumbrarmos melhores dias para a educação cidadã.

E, por falarmos em educação cidadã, LIMA *et al.* (2009)

A infância cidadã seria aquela em que a criança não só tivesse acesso aos seus direitos, mas que pudesse usufruí-los com liberdade e dignidade, construindo-os de maneira efetiva. Uma vez que a criança como ser de direitos é uma conquista recente, nascemos cidadãos e a cidadania se planifica com a educação, a relação com a escola, a sociedade. [...] O direito à cidadania nos é dado pelo fato de sermos homens, reconhecimento tido em lei. O que precisa ser construído é o exercício pleno da cidadania o tempo todo em todos os espaços.” (LIMA *et al.* 2009, p. 82-83).

Nas palavras da autora, percebe-se o quanto ainda estamos aquém de oferecermos às crianças brasileiras o efetivo exercício da cidadania. É possível que essa ideia seja um tanto quanto utópica, haja vista a extrema desigualdade social em que vivem a grande maioria das famílias em nosso país.

Mas retomando a questão da linguagem e do papel da escola, ALMEIDA *et al.* (2005) afirma que

Um dos principais papéis da escola é criar condições para que os alunos utilizem as diferentes linguagens que a sociedade oferece e exige. [...] Deve

buscar, portanto, o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, ou seja, da capacidade de se comunicar, produzir, receber interpretar e dar novo significado a informações e emoções que transitam rapidamente pelo mundo. Utilizar a linguagem oral ou escrita em diferentes práticas sociais supõe a construção e o domínio de gêneros de discurso diversificados. Alguns - mais simples, orais [...] outros – complexos, historicamente posteriores e mais ligados ao surgimento da escrita. (ALMEIDA et al. Manual do Professor, 2005, p. 4).

Mais uma vez é possível observar que a escola precisa criar as condições necessárias ao desenvolvimento das potencialidades da criança. Para tanto, observa-se a necessidade de profissionais bem preparados, material adequado para oferecer aos alunos uma educação verdadeiramente de qualidade. Para tanto, percebe-se que não é necessário nenhum material sofisticado. É importante que o professor seja criativo, dinâmico e que aceite o desafio de inovar, que participe dos debates e que esteja constantemente em formação, pois como a sociedade é dinâmica e está em constantes transformações, a escola e os profissionais que nela trabalham precisam acompanhar esse processo. Além do mais, o ato de ensinar, não pode ser dissociado do ato de aprender. Em outras palavras, ao ensinar, o professor desenvolve também o seu aprendizado.

Vejamos o que FELDMANN *et al* (2009) tem a nos dizer sobre o assunto

O ensino e os saberes estão presentes na escola: entretanto, a aprendizagem pode ser considerada a apropriação do ensino que se processa de maneira diferenciada entre os sujeitos. Sendo assim, a escola representa para cada pessoa uma unidade ímpar, singular, dotada de toda uma peculiaridade. A diversidade está presente e pode ser vislumbrada por meio de respostas, posturas e ações dos sujeitos na instituição social. (FELDMANN, 2009 p.195).

Se a escola, como afirma a autora, for vista como um espaço de saberes é preciso que todos os seus atores compreendam a importância de saber dividi-los e de compreender que todos devem partilhá-lo para o crescimento da coletividade. Importa ainda compreender que não há alguém capaz de se apropriar de todos esses saberes e que a criança será capaz de assimilar aquilo que realmente pode ser significativo para o nível de maturidade em que se encontra. Quanto ao professor, é bom que se recorde das experiências e situações de aprendizagem pelas quais passou quando também foi aluno e reflita sobre o seu próprio desenvolvimento.

Ao adotar uma postura mais receptiva, para não dizer mais humana, o professor poderá compreender que o seu ofício terá também mais “sabor”. Não se pode perder de vista que a escola é um espaço de produção inserida no contexto de uma sociedade que valoriza o sistema produtivo. Mas é preciso que não se perca de vista que tanto professores, quanto alunos, que interagem nesse espaço são seres humanos e não objetos produzidos de forma que, em dado momento podem ser descartados como coisas.

CAPITULO V

JOGAR É UMA FORMA PRAZEROSA DE APRENDER

Neste capítulo, faremos uma demonstração do quanto o aprendizado pode tornar-se significativo e prazeroso, com atividades bem planejadas. Destaca-se que para isso é necessário que se tenha objetivos claros ao planejar as atividades. Além disso, deve-se adotar estratégias de aplicação que levem o aluno a buscar respostas e não fornecer-lhes os resultados, pois o aprendizado consiste em fazer com que o aluno descubra os meios de alcançá-los.

Quanto à aplicabilidade dessa metodologia no cotidiano escolar, pelo que se pode observar, ainda há dificuldades de se conseguir a adesão de todas as professoras da escola onde a pesquisa foi realizada.

5.1. O jogo na prática cotidiana

As atividades desenvolvidas com os alunos foram cuidadosamente preparadas, a fim de nos assegurarmos de que tudo se desenvolveria conforme planejado.

Ao chegar à sala de aula, foram organizadas as mesinhas e as cadeiras para que os alunos se acomodassem da maneira mais confortável possível. Na sequência, foram entregues aos alunos algumas tabelas contendo figuras bem familiares com algumas letras já ilustradas correspondentes à figura da tabela e letras do alfabeto recortadas para que eles formassem a palavra correspondente à figura.

A primeira atividade foi formação de palavras com figuras e letras móveis do alfabeto. Vale destacar que os alunos demonstraram atenção à explicação da regra e, muita curiosidade em descobrir as letras que completariam a palavra da figura. Às vezes uns erravam, mas o que mais chamou a atenção foi que, entre eles se auxiliavam, numa demonstração de solidariedade, realizando as correções para completar, cada um, a sua tabela. Foram poucas as dificuldades observadas no desenvolvimento dessa atividade. Talvez o fato de os alunos criarem algumas expectativas em relação ao jogo, pois pelo que se pode observar, ficavam bem

curiosos esperando a atividade e, assim que esta foi iniciada, eles procuravam cumpri-la com certa dedicação.

O registro dessa atividade pode ser observado conforme figura 01.



Figura 01: Formação de palavras com figuras e letras móveis do alfabeto.
Fonte: Arquivo particular, Setembro/2011

Os alunos foram deixados bem à vontade para manusearem o material e depois de encontradas as letras e formada a palavra da figura, eles trocavam com o colega e misturavam as letras.

De acordo com o que foi possível observar no ambiente da sala de aula durante o desenvolvimento da atividade, pode ser confirmado com NEVES e SANTIAGO (2009), pois segundo elas,

O jogo implica, então, o desenvolvimento da representação, da possibilidade de evocar e manipular signos (criação de um instrumento indispensável ao desenvolvimento da inteligência). Desde o jogo de exercícios até o jogo simbólico, passando pelo jogo da imitação (uma vez que este é o ponto de partida das funções simbólicas, sendo voltada para a acomodação, enquanto o jogo apresenta o papel essencial da assimilação), trata-se de incorporar o mundo exterior a seus desejos e esquemas. (NEVES ; SANTIAGO, 2009, p.55).

Observou-se, ainda, em outras atividades, como mostra na figura 02, em que a atividade foi um jogo denominado de “Identificação de palavras em caixa alta e manuscrita”, entregamos palavras nas fichas em caixa alta e em manuscrita para que os alunos encontrassem os seus pares, ou seja, as duas formas de escrita.

Observamos que, nessa atividade, somente um aluno teve dificuldades. Os outros a desenvolveram sem maiores dificuldades. Destaque-se que sempre um auxiliava o outro parecendo querer que aquele que encontrava alguma dificuldade precisava superá-la.



Figura 2: Identificação de palavras em Caixa Alta e Maiúsculas
Fonte: Arquivo particular, Setembro/2011

Na semana seguinte, voltamos à sala para aplicarmos mais algumas atividades. A figura 3 mostra o desenvolvimento de um jogo “Dominó de Figuras e Palavras”. Iniciamos a atividade dispendo as fichas nas mesas e, aos poucos, os alunos foram achando as palavras correspondentes às figuras, pois dois dos alunos já leem silabando e, três deles, só reconhecem as letras do alfabeto e uma sílaba ou outra. Como realizaram a atividade em conjunto, um ajudou o outro, conforme era a vez de cada um. Também aqui, os alunos mantiveram-se atentos e demonstraram satisfação e solidariedade no desenvolvimento da atividade. Encerramos a atividade assim que percebemos que os alunos começaram dispersar a atenção.



Figura 3: Dominó de Figuras e palavras
Fonte: Arquivo particular, Setembro/2011

No dia seguinte, retornamos à sala e desta vez, o jogo proposto foi uma atividade com “Fichas faltando uma letra nas palavras”, sendo estas com sílabas simples e complexas. As fichas uma figura distribuídas foram ilustrada antes da palavra e os alunos precisavam observar que letra estava faltando.

Nesta atividade, percebemos que eles tiveram bastantes dificuldades no começo, até mais do que na formação de palavras, pois demoraram bastante para concluir a atividade. Observamos, porém, que, apesar da dificuldade, demonstram interesse, não desistindo de realiza-la, perguntando sempre se estava certo ou errado, então se certo confirmávamos, se não, orientávamos que lessem de novo. Com muita calma, solicitamos que tentassem observar de sílaba em sílaba até que descobrissem o que havia de incorreto e que letra deveria ser colocada naquele lugar para formar a palavra de acordo com a gravura.

Neste jogo, os alunos deram uma demonstração de vontade de superar a dificuldade e conseguiram. O tempo necessário ao desenvolvimento dessa atividade foi maior, mas houve progresso no desenvolvimento dos trabalhos. Vide figura 4.



Figura 4: Fichas faltando uma letra nas palavras
Fonte: Arquivo particular, Setembro/2011

Dando prosseguimento ao projeto, retornamos no dia seguinte com uma nova proposta. Desta vez, preparamos um “Dominó de frases e figuras”. Iniciamos a aula dispondo as fichas todas com as figuras para cima e fomos auxiliando a descobrir o que estava escrito nos tabletes do dominó. Novamente os alunos demonstraram um pouco de dificuldade no começo e levaram mais tempo para a realização da tarefa. Percebemos que eles leem com dificuldade, mas aos poucos foram achando as peças e suas respectivas figuras. Sempre um ajudando o outro, conforme pode ser observado na figura 5.



Figura 05: Dominó de frases e figuras
Fonte: Arquivo particular, outubro/2011

A atividade seguinte foi desenvolvida com muita facilidade. Foi selecionado um “Ditado de figuras”, Selecionamos um jogo e, ao chegar na sala, entregamos fichas com figuras bastante familiares. À medida que ditávamos as palavras, os alunos teriam que identificar a figura correspondente.

Da maneira como foram realizadas as atividades nesse dia, percebemos o que ROSA (2008) afirma que

As crianças sentem-se motivadas a usar sua inteligência nos jogos, pois querem superar os obstáculos, procurando jogar cada vez melhor e obter a vitória, assim possibilitando a autodescoberta, a assimilação e a integração com o mundo por meio das relações e suas próprias vivências. (ROSA, 2008, p. 40).

Foi possível observar que a percepção dessas crianças está bem aguçada, pois houve agilidade e muita facilidade em identificar todas as figuras. Em seguida, solicitamos que escrevessem nos cadernos os nomes das figuras ditadas. Aqui a demora foi um pouco maior, mas eles foram escrevendo aos poucos, sílaba por sílaba. O objetivo foi mostrar as junções das sílabas para formar as palavras.

A atividade foi desenvolvida com um pequeno grau de dificuldade, mas podemos classificar como bom o empenho das crianças, sempre atentas e, quando aparecia alguma dificuldade, solicitavam ajuda e, aí procurávamos mediar a interação do aluno com a atividade passando segurança e reforçando positivamente nos acertos, sem desestimulá-los quando ocorria o contrário.

A última atividade desenvolvida foi um Circuito de Palavras,. Esta se estrutura da seguinte maneira: prepara-se um tabuleiro com quatro pinos coloridos

em que cada aluno escolhe um dos pinos com o qual irá jogar. Um dos alunos fica auxiliando os outros e depois troca de lugar com um dos colegas.

O desenvolvimento deu-se da seguinte forma: o aluno jogava o dado e a quantidade sorteada correspondia às casas que o mesmo iria percorrer e ao parar na casinha com figura deveria falar o nome da figura e se caísse em uma casinha vazia ou errasse a figura passava a vez para o próximo, a atividade foi realizada com facilidade e muito entusiasmo. O registro da atividade pode ser observado na figura 6.



Figura 6: Circuito de palavras
Fonte: Arquivo particular, outubro/2011

Foi impressionante observar o nível de comportamento desses alunos durante o desenvolvimento das tarefas propostas. A motivação, a curiosidade e, o que foi mais curioso observar, a solidariedade entre os pequenos, foram aspectos positivos que merecem ser destacados. Isso pode ser visto em ROSA (2008, p.39), em que a autora pondera que “A criança necessita da imaginação do meio físico e social, onde poderá construir seu pensamento e adquirir novos conhecimentos de forma lúdica, onde há prazer na aprendizagem.”

A experiência vivenciada nesse trabalho permite que nosso pensamento coadune com o da autora, haja vista a dedicação com que as crianças realizavam as atividades.

5. 2. A utilização do método no cotidiano escolar.

Foram entrevistadas três professoras, que denominaremos simplesmente de “A”, “B”, “C” e a primeira pergunta feita foi se já trabalhou com jogos e brincadeiras na alfabetização. Não houve a menor hesitação na resposta, afirmando que sim.

A segunda pergunta também obteve unanimidade e foi se a professora acredita que através de jogos e brincadeiras facilita o aprendizado, ao que se obteve resposta unanime afirmando que sim, que acreditam nesse método.

Já a terceira pergunta feita, se já utilizou brincadeiras nos anos iniciais, para surpresa, houve unanimidade nas respostas obtidas. Apenas “A” e “C” afirmaram utilizar jogos e brincadeiras com frequência em sala de aula. A professora “B”, afirmou utilizar poucas vezes. Pode-se entender, portanto, que o método não é uma prática constante entre os educadores dos anos iniciais.

Confrontando os dados coletados nas entrevistas com as professoras com as atividades desenvolvidas com os alunos durante a pesquisa realizada em sala de aula, parece que algo precisa se ajustar na pratica educacional, principalmente nos anos iniciais em que as crianças estão iniciando também sua socialização. Ou seja, todos devem se comprometer no desenvolvimento de um aprendizado prazeroso para a criança, pois pelo que as professoras demonstraram nas respostas, sabem que a utilização de atividades que envolvem brincadeiras e jogos é importante para o desenvolvimento da aprendizagem.

Foi solicitado ainda que as entrevistadas expressassem sua opinião sobre o método de alfabetização através de jogos e brincadeiras. As entrevistadas responderam que acreditam na possibilidade de se utilizar o método, mas a entrevistada “B”, vê algumas dificuldades de utilizar o método com frequência. Segundo ela, “É um pouco mais difícil de planejar as atividades que contentem a todos, pois nem sempre as atividades propostas são atrativas o suficiente para manter a atenção da sala, já que as crianças que não têm dificuldades pouco se interessam.” As demais observam que não encontram dificuldades em trabalhar dentro do método tradicional, que se sentem “Mais seguras no que se refere à aprendizagem”.

Pelo que se observou, parece haver ainda dificuldades em aplicar essa metodologia no cotidiano escolar, embora as professoras entrevistadas demonstrem conhecê-la. É possível que essas docentes tenham dificuldades de aplicar essa

metodologia por sentirem insegurança em acompanhar o processo, uma vez que exige muita criatividade na elaboração do material e versatilidade por parte de quem está mediando a aprendizagem ao aplicar as atividades, no caso, a professora.

Deve-se pensar no bem estar de todos os alunos para que estes sintam prazer em chegar à escola.

CONCLUSÃO

Confrontando os dados levantados com o pensamento de vários autores, conforme o referencial teórico constante do *corpus* apresentado verificou-se que os jogos podem representar um diferencial no desenvolvimento da aprendizagem principalmente na alfabetização, por representarem um desafio a ser vencido. Nessa fase, a criança sente-se motivada a superar desafios. Ela parece sentir prazer em tornar-se vitoriosa e, o ato de jogar, representa para ela uma forma de mostrar sua capacidade de vencer.

Outro fato a ser observado é que ao jogar, a criança demonstra sua solidariedade com o colega, socializando-se com maior facilidade. Isso foi observado durante o desenvolvimento das atividades aplicadas, em que ao conseguir realizar a atividade, procuravam ajudar os que apresentavam alguma dificuldade. Percebe-se que quando um adulto tenta ajudar a criança, não ocorre uma interação e assimilação tão duradoura. Entre os alunos, o auxílio parece ter melhor aceitação, talvez pelo fato de se sentirem em condições de igualdade.

Outro fato importante observado foi o fato de a criança demonstrar maior atenção nos jogos, pois assim precisam respeitar regras. Do ponto de vista pedagógico, isso vem confirmar a importância de serem estabelecidas regras bem claras sempre que forem introduzidas novas atividades. Agindo assim, o professor além de mediar a aprendizagem do educando, está moldando o caráter deste para a vida em sociedade.

Importante destacar, ainda, que os alunos que participaram das atividades desenvolvidas neste trabalho são alunos que realmente apresentam dificuldades em copiar atividades do quadro, porém realizaram todas as tarefas programadas com empenho e muita atenção. Talvez o fato de precisarem permanecer sentadas no mesmo lugar por um longo período, portanto cansativo, seja um dos motivos de apresentarem dificuldade de aprendizagem. Ao contrário, quando são propostas atividades lúdicas, os alunos demonstram interesse em descobrir novas maneiras de mostrar que são capazes e que gostam de vencer desafios. E o *jogar* envolve a criança sem que ela mesma perceba, simplesmente pelo fato de ser desafiada, principalmente quando essas atividades forem ricas em ilustrações.

Assim sendo, percebe-se que há a necessidade de os professores alfabetizadores reverem seus conceitos e procurarem desenvolver sua prática de

maneira mais criativa, utilizando essas ferramentas que são os jogos e brincadeiras pedagógicas. Para alfabetizar, é preciso que o professor tenha muita criatividade e, acima de tudo, que goste do que faz. Pode-se afirmar que o professor alfabetizador precisa ser capaz de ensinar a aprender. É necessário que esteja disposto a ver além do espaço físico das quatro paredes da sala de aula e mais, precisa cativar e seduzir seus alunos. É preciso que o professor perceba se este aluno tem oportunidade de ser criança também fora do espaço escolar, pois muitos desses pequenos não são estimulados nem na escola, nem em casa. Dessa forma, o tempo da infância fica relegado a segundo plano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amália Orchis da Silva; ANDRADE, Angelina Veronica de; SIMONCELLO, Vera Lucia. **Registrando Descobertas: Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2005.

ARANHA, Maria Salete Fabio. Coordenação Geral SESP/MEC. Org. **Educação inclusiva** vol. 3. A Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BELLO , José Luiz de Paiva. História da Educação no Brasil. Rio de Janeiro, 1998. <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/let01.htm>. Acesso em: 01, Dez,2011.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e lingüística. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997

CAMPEDELLI, Samira. Ilustrações FARIAS, Adilson [et al.] Hoje é dia de Português. 1º Ano. Curitiba: Editora Positivo, 2007

CASTRO, Danielle Andrade de. **O lúdico no ensino-aprendizagem da língua portuguesa: sugestões de aulas criativas e divertidas aplicadas a alguns conteúdos do ensino fundamental - 5ª a 8ª série**. Rio de Janeiro, 2005. <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/let01.htm>. Acesso em: 01 Dez,2011.

CORREA, Vanessa Loureiro. **Desenvolvimento da Linguagem Humana**. [Obra] organizada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Curitiba: Ibplex, 2009.

_____. **Língua Portuguesa: da oralidade à escrita**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2007.

FELDMANN, Graziela (organizadora). **Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

FERREIRO, Emília, e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

HAETINGER, Max Gunther; HAETINGER, Daniela. **Jogos, Recreação e Lazer**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

LA TAILLE, Yves de. **Teorias Psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

LIMA, Lauro de Oliveira, **Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1997.

LIMA, Samantha Dias de. **Gestão, Planejamento e Políticas**. [Obra] organizada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Curitiba: Ibpex, 2009.

_____ **Desenvolvimento da Linguagem Humana**. . [Obra] organizada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Santa Maria/RS: Gráfica Editora Pallotti, 2010

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; SIMIONATO, Margareth Fadanelli (Orgs.). **Formação de Professores: abordagens contemporâneas**. São Paulo: Paulinas, 2008.

MATO GROSSO. Escola **Ciclada de Mato Grosso: Novos Tempos e Espaços para Aprender** – Ensinar a Sentir, Ser e Fazer. 2ª Edição. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001

MENDONÇA. Edinalva Sindronêz de. **Estudo das Dificuldades de Aprendizagem na Leitura e Escrita no 2º Ciclo do Ensino Fundamental no Município de Lagoa Salgada-RN**. Disponível em www.webserver.falnatal.com.br/revista_novaa/5. Acesso em: 06 Out,2011.

NEVES, Libéria Rodrigues; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. **O Uso dos jogos Teatrais na Educação: possibilidades diante do fracasso escolar**. Campinas. SP: Papyrus, 2009.

OLIVEIRA, Aníê Coutinho. [Obra] organizada pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Curitiba: Ibpex, 2008.

OYARZABAL, Graziela Macuglia. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos dos Anos Iniciais**. [Obra] Organizada pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Curitiba: IBPEX, 2008.

PILETTI, Nelson, **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996
ROSA, Adriana (Org.). **Lúdico & Alfabetização**. 1ª Edição (2003), 6ª Tiragem. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, Daniela Vieira da; HAETINGER, Max Gunther. **Ludicidade e Psicomotricidade**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

SILVA, Maria de Fátima Minetto Caldeiras *et al.* **Dificuldades de Aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2007.

WITTIZORECKI, Evandro Schultz *et al.* **Jogos, Recreação e Lazer**. [Obra] organizada pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Santa Maria/RS: Gráfica e Editora Pallotti, 2010.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA LUIZA DO NASCIMENTO E SINVA

1 – Você já trabalhou com jogos e brincadeiras na alfabetização?

() Sim com frequência () Muito raramente

() Sim, às vezes () Nunca trabalhei

2 - Acredita que através de jogos e brincadeiras facilita o aprendizado?

() Sim () Não

3 - Já utilizou jogos e brincadeiras nos anos iniciais?

() Sim com frequência () Não

() Raramente

4 – Dê sua opinião sobre o método de alfabetização através de jogos e brincadeiras.

A nota de rodapé deve ser inserida na pag. 20. Fiz a lista de figuras. Por favor, veja se está correta. Obrigada. Abraços

NOTA DE RODAPÉ

¹ Método de Ensino que substituiu o Ensino Fundamental Seriado. Com a inclusão da alfabetização. O Ensino Fundamental passou de 8 para 9 anos, distribuídos em três Ciclos de formação.

